



MOVIMENTAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANOS DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA PONTA DO ARAÇÁ E DA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO COSTEIRA DE ZIMBROS

Letícia Aparecida Zampieri Costa¹

André Ambrozio de Assis¹; André Monteiro Lufchitz¹; Camila de Andrade Scalabrin¹; Caroline Batistim Oswald¹; Cássio Batista Marcon¹; Elaine Mitie Nakamura¹; Flávia Martins¹; Rafael Penedo Ferreira¹; Maurício Graipel²

¹Grupo de Educação e Estudos Ambientais, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade - Florianópolis - SC, Email: geabio - apa@googlegroups.com; ²Projeto Parques e Fauna, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade Florianópolis - SC

INTRODUÇÃO

As unidades de conservação (UCs) desempenham papel fundamental na preservação da biodiversidade de ecossistemas naturais e na valorização da cultura regional. No Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) dividem-se em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A Área de Proteção Ambiental (APA) e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) se enquadram na segunda categoria. Podem ser constituídas por terras públicas e/ou privadas. Essas unidades têm como objetivo primário proteger a diversidade biológica, mantendo ecossistemas naturais de importância regional, disciplinando o processo de ocupação, regulando o uso admissível dessas áreas. O Plano de Manejo deve “abranjer a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológico, incluindo medidas com o fim de promover sua integração a vida econômica e social das comunidades vizinhas. Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das APAs e, quando couber, ARIEs, será assegurada a ampla participação da população residente” (SNUC, 2000).

A implantação e regulação de unidades de conservação é atribuição do Poder Público. A criação da APA Ponta do Araçá em Porto Belo, e da ARIE Costeira de Zim-

bro em Bombinhas foi realizada pelas Prefeituras destes municípios em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, responsável pela elaboração dos Planos de Manejo das unidades.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o envolvimento e a movimentação de estudantes de graduação nos diferentes grupos temáticos que participam da criação do Plano Básico de Zoneamento Ambiental e, conseqüente elaboração dos Planos de Manejo da APA da Ponta do Araçá e da ARIE Costeira de Zimbros, focando na participação dos alunos e nas relações com diversas entidades e profissionais participantes.

MATERIAL E MÉTODOS

Com a finalidade de fazer o inventário biótico, físico e sócio - econômico dessas duas UCs, o Projeto Parques e Fauna elaborou um plano de atividades em conjunto com diversos grupos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e externos a ela, incluindo a Empresa Júnior de Ciências Biológicas (Simbiosis), o Grupo de Educação e Estudos Ambientais (GEABio), a Seção de

Apoio ao Sistema de Comunicação Educativa (Comunica), pesquisadores do Museu Universitário Oswaldo Rodrigues Cabral, assim como com a participação de diversos especialistas de cada área.

Os projetos contam com a capacitação e participação de cerca de 30 alunos da graduação dos Cursos de Ciências Biológicas, Geografia, Oceanografia, Aquicultura, Engenharia Sanitária e Ambiental, Ciências Sociais, Design Gráfico, Letras e História, para o desenvolvimento de trabalhos e estudos nestas UCs. Serão promovidas aos estudantes oficinas de capacitação relacionadas aos temas envolvidos no projeto, tais como: Métodos para o desenvolvimento de inventários faunísticos e florísticos; Métodos para o desenvolvimento de estudos arqueológicos e histórico - cultural; Elaboração de Planos de Manejo em diferentes categorias de Unidades de Conservação. Também é prevista a participação ativa dos estudantes em cada etapa dos projetos.

RESULTADOS

Os projetos encontram - se em andamento, entretanto, alguns resultados já podem ser observados quanto ao envolvimento do estudantes nas atividades propostas. O planejamento e a coordenação de ambos projetos são realizados pelo coordenador do Projeto Parques e Fauna, em conjunto com organizações externas e integrantes da Simbiosis. Os levantamentos faunístico e florístico estão sendo realizados através de campanhas, iniciadas em fevereiro com término previsto para outubro, nas quais os alunos envolvidos acompanham os pesquisadores responsáveis em cada área.

O levantamento dos projetos e iniciativas de educação ambiental já desenvolvidas em escolas ou pela comunidade em geral foi realizado pelo GEABio a fim de estabelecer parcerias, elaborar projetos a partir das demandas da comunidade e capacitar membros desta comunidades para dar continuidade à execução destes pro-

jetos durante a gestão das UCs. Além disso, oficinas participativas envolvendo os demais grupos do projeto foram realizadas com as comunidades dos entornos, assim como palestras informativas para a comunidade, programadas, elaboradas e apresentadas pelo próprio GEABio.

As atividades realizadas são registradas através de relatórios parciais de cada grupo temático, a fim de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, difundir as informações entre os diferentes grupos temáticos e manter o registro completo da elaboração dos Planos de Manejo.

CONCLUSÃO

A participação na elaboração de Planos de Manejo é uma oportunidade para capacitação de alunos da graduação de diferentes áreas do conhecimento, proporcionando experiências não presentes nos currículos acadêmicos e colocando os alunos em contato direto com a realidade do mercado de trabalho.

Ademais, esta experiência na elaboração de Planos de Manejo envolvendo a UFSC, diferentes instituições e contando com a participação de vários cursos de graduação, permite a abordagem de tópicos que são normalmente negligenciados num projeto desse tipo - seja por falta de tempo, investimento ou mão de obra. Isso resulta, para o Plano de Manejo, em uma maior riqueza de dados, em um resultado mais completo e eficiente e, do ponto de vista dos envolvidos, em um enriquecimento de sua formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC: Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: MMA/SBF, 2000.